

**EDcl no PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA Nº 2.375 - PR
(2019/0303819-9)**

RELATORA : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
EMBARGANTE : **BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS**
ADVOGADOS : **JOSÉ FERNANDO VIALLE - PR005965**
: **SILVANA ZAVODINI VANZ - PR041625**
: **RODRIGO CARLESSO MORAES - PR045858**
EMBARGADO : **M DE P S**
REPR. POR : **ROSANA APARECIDA DE PAULA SPECIAN**
EMBARGADO : **ROSANA APARECIDA DE PAULA SPECIAN**
EMBARGADO : **BRUNO DE PAULA SPECIAN**
ADVOGADOS : **NELSON SAHYUN - PR003571**
: **NELSON SAHYUN JÚNIOR - PR032457**
: **GUILHERME MORETTI SAHYUN - PR048910**

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU ERRO MATERIAL. INEXISTÊNCIA.

1. Os embargos de declaração, a teor do art. 1.022 do CPC, constituem-se em recurso de natureza integrativa destinado a sanar vício de obscuridade, contradição, omissão ou erro material, que não se verifica na hipótese dos autos.
2. Embargos de declaração rejeitados.

DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração opostos por BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS contra a decisão que indeferiu o pedido de efeito suspensivo ao recurso especial que interpusera contra acórdão proferido pelo TJ/PR.

Nas razões do presente recurso, a embargante alega omissão quanto i) ao argumento de que o juízo de primeiro grau dispensou os exequentes da prestação de caução no cumprimento provisório de sentença, o que já seria fundamento para evidenciar o manifesto risco ao resultado útil do processo; ii) à falta de identificação dos fundamentos determinantes dos precedentes e sua adequação à hipótese, uma vez que "no caso em exame o fato efetivamente

ocorreu (morte), mas não foi fruto de qualquer atitude do Sr. RUBENS, estando certo que inexistiu qualquer prática de crime, o que obsta a absolvição com fulcro no inciso IV, que se refere às hipóteses em que o réu não concorre para a infração penal (quando esta ainda existe)" (e-STJ fl. 326).

Aduz que, ainda que seja reconhecido que os precedentes são aplicáveis à espécie, requer a revisão do entendimento em situações específicas como nestes autos, em que "se mostra totalmente injusto que duas esferas do direito tenham conclusões totalmente distintas na análise do mesmo fato e tendo por base as mesmas provas, o que caracteriza manifesta insegurança jurídica" (e-STJ fl. 334).

Também indica obscuridade e necessidade de esclarecimento em trecho da decisão embargada (e-STJ fls. 322/323).

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

Os embargos de declaração são instrumento processual excepcional e destinam-se ao aprimoramento do julgado que contenha obscuridade, contradição, erro material ou omissão sobre tema cujo pronunciamento se impunha manifestar o julgador. Não se prestam à simples reanálise da causa, nem são vocacionados a modificar o entendimento do órgão julgador.

Na hipótese dos autos, contudo, não se verifica os vícios de omissão ou obscuridade suscitados pela embargante.

É notória a busca de efeitos infringenciais, não havendo a alegada omissão ou obscuridade, porquanto na própria petição da embargante consta a informação de que a decisão transitada em julgado e proferida em processo penal conexo pode influenciar no direito postulado na ação cível (e-STJ fl. 39).

Ademais, não há qualquer obscuridade na afirmativa constante da decisão embargada de que "a absolvição pelo reconhecimento de que o fato não se constitui em uma infração penal (...) não reflete na responsabilidade civil."

Assim, de fato, são aplicáveis os precedentes do STJ no sentido de que, apenas a absolvição criminal por inexistência do fato ou não comprovação de

autoria interfere na esfera cível, o que não ocorre no caso dos autos (REsp 1780046/MG, 2ª Turma, DJe de 11/10/2019; AgInt no AREsp 1.491.263/SC, 3ª Turma, DJe de 22/08/2019; e, AgInt no AREsp 816846/PR, 4ª Turma, DJe de 04/10/2019)

O novel argumento de que "a absolvição na esfera penal somente utilizou o art. 386, III do CPP, por inexistir qualquer outra hipótese legal mais adequada" (e-STJ fl. 329), não afasta a correção dos precedentes utilizados na decisão embargada.

Outrossim, a decisão embargada acrescentou que a jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de a execução provisória, por si só, não constitui, isoladamente, a urgência da prestação jurisdicional exigida para a concessão de efeito suspensivo ao agravo ou ao recurso especial, haja vista que esse procedimento possui mecanismos próprios para evitar prejuízos às partes, conforme as rígidas regras dos arts. 520 e 521 do CPC/15. Nesse sentido: EDcl no AgInt no TP 711/PE, 3ª Turma, DJe de 18/12/2017; e AgInt nos EREsp 1447082/TO, 2ª Seção, DJe de 01/08/2017.

Destaca-se para a espécie, o entendimento da 2ª Seção do STJ, estampada na decisão embargada, de que i) tratando-se de cumprimento provisório de sentença, corre por iniciativa e responsabilidade do exequente, que se obriga, se houver reforma do julgado, a reparar os danos que o executado venha porventura a sofrer (art. 520, I, do CPC); e, ii) as questões relativas à caução, devem ser examinadas pelas instâncias de origem, sob pena de supressão de instância e ofensa ao devido processo legal (AgInt nos EREsp 1447082/TO, 2ª Seção, DJe de 01/08/2017).

Dissociado, o pleito, de qualquer um dos pressupostos de interposição dos embargos de declaração, desautorizada está a pretensão ora declinada, impondo-se, então, a rejeição dos embargos de declaração.

Forte nessas razões, REJEITO os embargos de declaração, advertindo à embargante, desde já, que a insistência no manejo deste recurso ensejará a imposição da multa prevista no art. 1.026, § 2º, do CPC/15.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora

